

EDITORIAL

Dando cumprimento a uma das missões da Comissão Editorial Revista da Faculdade de Direito da UFC, para a atualização das publicações, estamos lançando mais um número do periódico jurídico mais antigo do Estado do Ceará em atividade. Mais uma vez, damos seguimento aos trabalhos em colaboração com o Editor-Chefe Prof. Dr. William Paiva Marques Junior e a Subeditora-Chefe Profa. M.Sc. Fernanda Cláudia Araújo da Silva para a seleção, organização e confecção desta edição da RFD UFC.

O crescimento da pesquisa científica do Direito no Brasil persiste com a criação de novas revistas e o desenvolvimento das já existentes, o que reforça a nova fase no setor de ciência e inovação em nossa área no País. Há que se considerar, todavia, as particularidades da área do Direito quanto à forma de fazer pesquisa, em comparação a outras áreas, inclusive dentro das próprias Ciências Sociais Aplicadas.

A RFD UFC encontra-se hoje disponível em versão eletrônica através de portal próprio na Universidade Federal do Ceará, pelo endereço <http://www.revistadireito.ufc.br/> e permanece recebendo artigos em fluxo contínuo. Reiterando o feito no último número, a mim coube elaborar as considerações editoriais. Seguindo o padrão dos últimos números, foram selecionados 7 (sete) artigos para compor a presente edição.

Em **“A APLICAÇÃO DO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES (RDC) EM LICITAÇÕES PÚBLICAS E SUA INFLUÊNCIA NAS TRANSFORMAÇÕES LEGISLATIVAS”**, **Amanda Alves Nobre Sales e William Paiva Marques Júnior** questionam a eficiência do RDC instituído pela Lei nº 12.462/2011, concluindo-se criticamente pela possibilidade limitada de sua utilização em situações específicas.

Machidovel Trigueiro Filho, por sua vez, ao tematizar acerca dos **“FUNDAMENTOS JURÍDICOS Y ECONÓMICOS DE LA COMPETENCIA EN EL SECTOR DE TELECOMUNICACIONES”**, identifica o grande potencial de crescimento do setor de telecomunicações no Brasil diante do ingresso da televisão digital como um forte concorrente no mercado.

Voltando para um estudo empírico do Direito Eleitoral, **Matheus Casimiro Gomes Serafim, Danielle de Alcântara Vasconcelos e Leonardo Moraes Bezerra Sobreira de Santiago Filho** abordam **“A FIDELIDADE PARTIDÁRIA NO BRASIL: UMA MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL EFICIENTE?”**, com clara abordagem quantitativa, para demonstrar que o instituto

da fidelidade partidária é pouco garantido pelas instituições eleitorais em virtude da demora processual para aplicação de sanções aos parlamentares que agem de modo infiel.

Para **Natália Nabuco de Araújo**, diante da tensão entre “**JUSTIÇA E MÍDIA: CONFLITOS ENTRE O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E A LIBERDADE DE IMPRENSA**”, a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão encontram limites importantes diante da divulgação de notícias policiais referentes à prática de crimes e a indicação de suspeitos como culpados pela sua prática, sustentando a necessidade de harmonização dos interesses envolvidos.

Em “**DIÁLOGOS JURÍDICOS, FILOSÓFICOS E LITERÁRIOS PELA VIDA**”, a partir de uma análise da obra literária de Florbela Espanca, **Ana Paula de Oliveira Gomes** tece reflexões em torno do tema vida, mais especificamente quanto às questões do suicídio e da automutilação, e como essa temática rebate em seus aspectos filosóficos e também jurídicos.

10 | **Fernanda Cláudia Araújo da Silva** prossegue na edição analisando criticamente a situação das “**CRIANÇAS VENEZUELANAS NO BRASIL: ATUAÇÃO NECESSÁRIA PARA PROTEÇÃO E APLICAÇÃO DO ECA E A RECOMENDAÇÃO Nº 001/2018 DO CONANDA**”, especialmente quanto à aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente para esse grupo de alta vulnerabilidade, em favor do acolhimento e proteção dessas crianças de toda forma de violência, ressaltando a postura pacífica do Estado brasileiro.

Por fim, fechando a presente edição, apresento mais um fruto de pesquisas feitas com meus orientandos de graduação. Trata-se da revisita a um trecho da monografia de **Dário Cavalcante Gondim Filho**, mais especificamente na parte que aborda “**OS DIREITOS DA PERSONALIDADE NO DIREITO BRASILEIRO: UM EXAME DA TUTELA DA IMAGEM E DA INTIMIDADE E DA PRIVACIDADE**”. Pelo cotejo entre a teoria geral dos direitos da personalidade e a conformação normativa dos direitos à imagem, à intimidade e à privacidade, constatamos que a característica da indisponibilidade não é absoluta, cabendo, caso a caso, a possibilidade de mitigação desses direitos perante interesses sociais de igual relevância, como o acesso à informação e a liberdade de expressão.

A RFD UFC persegue o objetivo de ser um canal plural de divulgação do conhecimento científico nacional. Agradecemos a todos os autores e pareceristas que se prestaram ao esforço de contribuir para esta edição. Desejo a todos uma boa leitura.

Fortaleza, outono de 2021.

Prof. Dr. Álisson José Maia Melo¹

Editor-Colaborador da Revista da Faculdade de Direito da UFC

¹ Bacharel, Mestre e Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da UFC. Advogado. Analista de Regulação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará. Professor substituto da UFC (2015-2016). Professor Titular do Centro Universitário 7 de Setembro (UNI7).